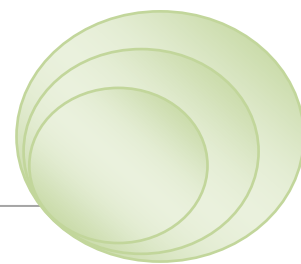


Da Crónica-folhetim no Oitocentismo Português: Algumas (In)visibilidades



Maria de Fátima Outeirinho
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O contacto próximo que, desde há largos anos, vimos mantendo com o mundo do periodismo oitocentista, através de diversos trabalhos de investigação ligados às relações culturais Portugal-França, familiarizou-nos com um suporte impresso que, pelo seu rápido desenvolvimento e maior capacidade de difusão, não pode ser esquecido enquanto veículo cultural portador e formador de ideologia e cujo espectro abraça diferentes camadas sociais e ultrapassa barreiras geográficas: a imprensa periódica, mediador de peso no campo das trocas culturais. Familiarizou-nos ainda com um espaço gráfico quase omnipresente nos jornais diários do século XIX e, com raras excepções, com honras de primeira página: o espaço do folhetim (cf. Outeirinho).

Sem pretendermos fazer aqui a história da génese do folhetim, parece-nos importante porém sublinhar que ela deve ser entendida, desde logo, como a história da independência e circunscrição, no suporte periodístico, de um lugar de escrita que se autonomiza em relação a outras secções e matérias do jornal, acolhendo no seu seio rubricas várias que anteriormente se encontravam dispersas no periódico e que iam para além da notícia ou das novas questões políticas. Traço singularizante da história do folhetim é, ainda, a sua condição de espaço livre e aberto. Com efeito, a datar da sua génese, ele apresenta-se enquanto espaço de liberdade, condição e vocação que foi sempre mantendo, ao longo da sua circulação temporal, de um modo mais ou menos marcado, de acordo com a política redactorial seguida por cada periódico e de acordo também com a política governativa tantas vezes de carácter censório.¹



Em Portugal, vemos surgir este espaço no periódico apenas na década de trinta de Oitocentos, e a justificar tal aparecimento tardio do folhetim entre nós estará, por certo, a ocorrência das invasões napoleónicas e conseqüente Guerra Peninsular, bem como o conturbado advento do regime liberal e a implantação do regime constitucional. Como Carmo Reis salienta com pertinência, o que verdadeiramente move e faz desenvolver a imprensa periódica a partir da década de vinte é, com efeito, a vivência de antagonismos políticos.² Não será por acaso que o espaço gráfico, mais tarde explicitamente indicado como o do folhetim, albergará críticas e retratos mordazes e paródicos da actualidade política.³ A existência de uma legislação censória e a preocupação com a criação de inúmeras medidas restritivas, no que respeita à imprensa e que poderá ter funcionado como factor inibidor de inovações, terá também contribuído para o aparecimento tardio do folhetim entre nós.⁴ Na verdade, durante todo este período, a imprensa preocupa-se grandemente com questões políticas, levando o poder governativo a uma atenção crescente com a vigilância face à produção periodística. As diversas medidas não terão, no entanto, trazido conseqüências gravosas para a existência do espaço do folhetim, que, a partir da década de quarenta, se afastara, na generalidade, da temática política, acolhendo cada vez mais a crónica de espectáculos ou o romance, mas talvez por esse mesmo motivo.⁵ A explicar ainda a emergência serôdia do folhetim, entre nós, consideremos a situação de estagnação vivida pelo teatro em Portugal nas primeiras décadas do século, quer no que respeita à representação,⁶ quer no que concerne à crítica teatral. Se o teatro se não afirma como uma forma e momento de sociabilidade privilegiados, a ida da corte para o Brasil em nada vai ajudar a uma alteração de tal realidade. Na verdade, e de um modo geral, as formas e momentos de sociabilidade que ultrapassam a esfera do privado só após 1834 se constituem de modo relevante.

Desde o seu aparecimento, o folhetim manifestar-se-á como um espaço sem fronteiras – à excepção, bem entendido, das inevitáveis fronteiras físicas –, um *no man's land* que se converterá, gradualmente, num *every man's land* da república das letras,⁷ e manifesta-se, de igual modo, como um espaço de acolhimento ao diverso. E porque o folhetim é sempre, numa primeira instância, um espaço gráfico,



ele funcionará como espaço eclético, aberto à composição, disponível para receber uma escrita polimórfica.

Em Oitocentos, o folhetim ergue-se então como traço caracterizador da vida literária e cultural, apresentando-se como um fenómeno que conheceu uma enorme adesão quer por parte da entidade autoral, quer por parte da instância de leitura, desempenhando desde logo um papel considerável na difusão de novas propostas estéticas, nomeadamente românticas, e no consumo do texto literário e do objecto impresso genericamente falando. A sua importância sociocultural revela-se ainda na possibilidade de o podermos apodar de grande *best-seller* do século XIX, adaptando um critério e uma terminologia próprios do mercado do livro usados nos nossos dias.⁸

Neste contexto sumariamente traçado e considerando um quadro cronológico oitocentista, o folhetim surge, inegavelmente, como espaço e ocasião de considerável visibilidade. Com efeito, e explorando a imagem feliz de Vitorino Nemésio, “O folhetim, visto em espécie, é como uma janela abstracta. Tem vidros, moldura de pedra, inclusivamente alguém lá debruçado, que é o folhetinista. Mas por detrás dele não está quarto nem corredor; para os lados da janela não há parede nem outras janelas ou porta que completem a casa” (Nemésio 207). A janela que é o folhetim mostra, dá a ver, não apenas um *corpus* textual variegado, como ainda uma paisagem literária e social nas suas dinâmicas e com os seus protagonistas.

Curiosamente, a tanta visibilidade conhecida em Oitocentos pelo folhetim não correspondeu uma memória extensiva e perene. Na verdade, a tendência avassaladora para tudo reduzir ao romance-folhetim – a co-fusão / confusão entre o continente folhetinístico e parte do seu conteúdo – e a marginalidade a que, com frequência, este foi votado, mercê de uma suspeição fundada no seu largo consumo e na sua estrutura tantas vezes serial e/ou estandardizada, terá levado ao esbatimento da crónica-folhetim enquanto forma literária, a oscilar, nomeadamente em termos de história literária, entre uma maior ou menor visibilidade. De todo o modo, certo é que a crónica-folhetim potenciou e foi condição de algumas visibilidades que passaremos a enunciar.



Uma dimensão de estrangeiro

Os textos que podem ser encontrados no espaço cronístico do folhetim são na sua esmagadora maioria de língua portuguesa, todavia em íntima ligação com textos de espaços geográficos, linguísticos e culturais estrangeiros. Na verdade, pela sua génese, pelos modelos produtores que o justificam ou pelos autores e obras traduzidas, pela presença de uma linguagem sobre o Outro, o folhetim inscreve no campo literário⁹ e cultural português uma clara e forte dimensão de Estrangeiro. O folhetim mostra-se situado não apenas num espaço literário e cultural nacional, mas num horizonte histórico-cultural europeu e mesmo transcontinental,¹⁰ erguendo-se no sistema de chegada português como exemplo do encontro dialógico na base de todo o facto cultural. Particularmente no que toca à crónica de livros e à crónica teatral, o espaço do folhetim é ocasião e veículo de divulgação, dando conta de novidades editoriais estrangeiras passíveis de serem lidas quer no original quer em tradução, divulgando ainda obras dramáticas em representação, em ambos os casos contribuindo e testemunhando processos de recepção no campo literário e cultural português reveladores de uma “satellisation culturelle par rapport à la France” (Júdice 69), nas palavras de Nuno Júdice. Com efeito, o exercício da crónica não se reduz a um cavaquear ameno, tão cultivado pelo folhetinista e esperado pelo seu leitor, mas apresenta-se enquanto literatura de mediação na medida em que constrói e veicula representações sobre um espaço estrangeiro,¹¹ com consequências para uma recepção produtiva de modelos ideológicos e estéticos na cultura e literatura portuguesas.

O folhetinista

Parafraseando Balzac, dentro da ordem homem de letras e do género publicista, um novo subgénero surge à época: o do folhetinista (cf. Balzac 144), figura constante no jornalismo oitocentista. Com efeito, com a emergência e irradiação do folhetim as



portas da cena literária abrem-se ainda mais a actores vários que se apresentam, a si e à sua escrita,¹² a um maior número de destinatários.

Assim, em Oitocentos, a implantação do folhetim traz para a ribalta uma nova figura do homem de letras, o folhetinista, que passa a ser identificado enquanto tal, pela escrita cronística que cultiva e pela regularidade com que ocupa o rodapé do jornal.¹³ O espaço que o periódico reserva ao folhetim é visto pelo candidato a literato não apenas como meio de legitimação dentro da esfera pública como também escola de escrita que permite exercitar a pena¹⁴ a todo aquele que não quer ou não pode ainda abalançar-se a obra de grande fôlego, meio igualmente para testar a benevolência do leitorado. Ao oferecer ao literato um espaço de maior exposição, o periódico não só contribui para um aumento da importância e visibilidade do homem de letras como ainda funciona como motor impulsionador de produção textual e de difusão dessa mesma produção.

A folhetinomania, numa etapa autoral, é registada por diversos homens de letras de então. Em 1849, Camilo Castelo Branco, sob o pseudónimo de Fouché, escreverá:

Aqui, ha duzentos anos, quem se quisesse fazer conhecido pelas letras, precisava de escrever vinte volumes em tipo de breviário; e o seu nome ia morar em gordos caracteres na estante dum livreiro, quando a inteligência do escritor era pasto dos vermes, se é que isto de inteligência é cousa roível. Aos vinte e cinco anos largava o rapaz de génio o Ovídio, e o santo Agostinho, e começava a escrever a crónica deste ou daquele diabo [...]. Hoje, nós os superficialíssimos entendedores do coração humano, se cá víssemos um destes homens, chamavamos-lhe um *bom pândego*.

Abstraindo de frades, crónicas, e reis, porque não sou amigo de arcaísmos, e não sigo a escola do antiquário Filinto Elísio, descairei cá na epoca das inteligências de lume-pronto, em que um rapaz cimenta, o seu monumento literário com meia dúzia de folhetins num jornal. (Fouché 1849)

E Mariano Pina, 40 anos depois, afirmaria:

Em cada família portuguesa cada membro varão a partir dos quinze anos de idade é um literato, ou já foi um literato.

[Não há] Ninguém que no seu passado não conte um folhetim nas colunas da *Revolução de Setembro* acerca da Liberdade, e que depois foi transcrito num dos 5.000 *Clamores* que se publicam em Portugal [...]. (Pina 50)



O reconhecimento social que acaba por ter lugar – não tanto dos folhetinistas enquanto grupo, mas do folhetinista entidade única e distintiva, embora vulgarizada –, é, por exemplo, testemunhado pela consequente e constante compilação de folhetins em suporte livresco. Porém, se todo o discurso construído em torno do folhetinista e da sua escrita conduzem à consolidação da figura do cronista, tal não basta para conferir identidade ao grupo dos que se entregam às lides do folhetim.

Além do mais, a tribuna periodística é com frequência aproveitada para que o candidato a figura pública, na política, ganhe visibilidade; e lembremos, em registo ficcional, o conselho dado por Lúcio Castanheiro a Gonçalo Mendes Ramires, em obra queirosiana:

E depois, menino, a literatura leva a tudo em Portugal. Eu sei que o Gonçalo em Coimbra, ultimamente, frequentava o Centro Regenerador. Pois, amigo, de folhetim em folhetim, se chega a S. Bento! A pena agora, como a espada outrora, edifica reinos... Pense você nisto! (Queirós 84)¹⁵

O leitor

Contudo, a expansão do periodismo e do folhetim, em Oitocentos, não traz apenas para as luzes da ribalta a figura do folhetinista. O destinatário ganha igualmente protagonismo e visibilidade. Pensar no destinatário não decorre apenas da óbvia razão de que todo o texto escrito precisa de um leitor para acontecer, mas, no caso em apreço, os factos de linguagem que um jornal apresenta são produtos feitos a pensar em putativos consumidores do objecto impresso. O jornal oitocentista, e de modo progressivamente mais acentuado ao longo do século, inscreve-se numa lógica da oferta e da procura. O jornal não vai apenas ao encontro de leitores, mas busca também assinantes, e ao perseguir esse objectivo o periodismo contribuirá decisivamente para um alargamento do leitorado.

É precisamente essa dupla qualidade do destinatário – o que frui mas também o que assegura a existência de um periódico – que condiciona a escrita jornalística e, por consequência, a escrita folhetinesca difundida num suporte de vocação industrial e atento às solicitações do momento presente, pois, como



sublinha Silva Túlio, escondido na sombra do Barão d'Alfenim, “Hoje em dia, nenhum jornal satisfaz as exigências do nosso público – sendo político, sem ter o seu rodapé, a que chamam folhetim – sendo literário, sem ter a sua *revista* ou *crónica*, e quanto mais sediciosas... (literariamente falando) melhor. – É moda”. Não visando a mera informação ou formação, o folhetim vai sobretudo dar resposta a uma necessidade lúdica do público que precisa ser atendida, sem exigir grande dispêndio de tempo.

Durante boa parte do século XIX, é uma pequena e média burguesia quem se constitui como destinatário do periodismo, e, se há inegavelmente uma diversidade fundada no género, há também a diversidade que decorre de interesses variegados a sustentar a escrita caleidoscópica da secção folhetim. As temáticas abordadas pelos cronistas revelam o grau de conhecimento que os autores têm do seu público – um público conhecido, familiar, próximo: os bailes, o teatro, a ópera, a estação de vilegiatura, a moda, os livros, as viagens, estes e outros assuntos que se prendem com formas de sociabilidade, práticas culturais apanágio da burguesia de então.

Neste contexto, justifica-se uma nota particular em torno da mulher leitora. Com efeito, o público do folhetim parece ser grandemente composto por uma franja feminina. São pelo menos essas as representações maioritárias na própria escrita folhetinesca. Assistimos, na verdade, a uma feminização do leitorado preferencial do folhetim, dando conta afinal de imagens-estereótipo do masculino e do feminino na sociedade burguesa da época. Assim, o folhetim enquanto produto ameno para ocupação do lazer não pediria uma recepção exigente. Tomemos tão só como exemplo uma crónica de 1848:

Cada assinante tem (termo médio) mulher, duas filhas, três parentes, etc; e todas estas suas amigas, vizinhas e tal. Ora, sendo a maioria das senhoras (portuguesas) pouco dada às políticas, ciências, belas letras e artes, de que mormente rezam os jornais destes dois géneros [políticos e literários], porém sim muito afeiçoadas à literatura amena e chocalheira, ficariam privadas do legítimo usufruto da assinatura, se não fosse os romances de folhetim, as revistas, crónicas e álbuns, que para suas excelências principalmente se escrevem. E assim é que um jornal sem este atavio, lhes parece tão freirático e capucho como um vestido liso, sem barra, folho ou requife.

Digamos mais. Também os homens sisudos (não contando os cabeças-de-vento, que somos inumeráveis) gostam de se desenfadarem e espairecer nestes prados artificiais da murmuração jocosa, da crítica bicuda, das facécias picantes, das vidas alheias, das notícias inéditas, das balelas e roletas do dia, em fim, das frivolidades, que é como se deve



chamar a tudo isto, com licença dos (Srs.) literatos que julgam passar à posteridade nas páginas de semelhantes ninharias! (Alfenim 1848)¹⁶

Se bem que num universo português o destinatário do folhetim não seja então sobretudo ou exclusivamente a mulher, ela está presente desde o início da sua história em Portugal, através de uma estratégia literária que a convoca,¹⁷ fazendo dela o destinatário mais visível, porque frequentemente apostrofado. A marcação de um público diferenciado dentro do próprio discurso folhetinesco mostra, claramente, a importância da franja feminina desse público, que poderia ser incluída dentro da designação de leitor, entendida em acepção genérica e abrangente.

A mulher

Assim, no contacto com os textos folhetinescos, deparamos com uma realidade multifacetada, no que respeita a uma presença feminina: apostrofam a mulher enquanto destinatário de uma escrita que a busca voluntariamente, a tão referida *amável* ou *gentil leitora*, e falam para e sobre a mulher, veiculando representações do feminino, em grande parte de um ponto de vista masculino. Na verdade, a imagem da mulher no Oitocentos português, e que, na sua maioria, as crónicas-folhetim veiculam, é a de alguém cuja função se torna imprescindível para a felicidade do homem e o bem-estar da humanidade e cujas fronteiras bem delimitadas a circunscrevem a um espaço doméstico,¹⁸ onde, como esposa e mãe,¹⁹ ela respectivamente é amparo e esteio do marido, pelo apoio emocional que proporciona, e responsável pela educação moral e religiosa dos filhos.

Os textos no folhetim dão-nos ainda a conhecer, se bem que com menor frequência, uma outra mulher, aquela que assume um fazer e desencadeia um processo de escrita, enveredando, por exemplo, por uma actividade crítica, demonstrando que, pelo folhetim, também a mulher pode estar à janela do periódico: ser vista, deixar-se ver, mostrar-se. Verifica-se deste modo que, ao longo do século XIX, as mulheres, se bem que uma minoria, vão despertando para um papel mais activo e de maior incidência pública na sociedade do seu tempo e, como



afirma Jean-Paul Aron, “Elles s’inscrivent, par la littérature, dans l’histoire” (Aron 22). Ora, a imprensa periódica em geral, através da criação não apenas de periódicos para as mulheres, mas também feitos por mulheres,²⁰ bem como o espaço do folhetim, dão conta precisamente desse fenómeno. Com o aparecimento da mulher cronista, tardio quando comparado com a situação francesa, verificamos que os folhetins de autoria feminina não se limitam a tratar questões mundanas que quase só interessam estritamente às senhoras. No espaço do folhetim tem lugar a revista da semana, a crónica de espectáculos, a recensão e crítica de novidades editoriais, a crónica de necrológio, a reflexão sobre a situação feminina e sobre questões de fundo que se prendem com as transformações sociais e de mentalidade que se vivem no século XIX. Tantas vezes, o espaço da crónica-folhetim é ocasião para expressar opiniões, lançar apelos, dar testemunho de um tratamento diferencial sofrido pela mulher autora.

Assim, o espaço do folhetim constitui-se, no século XIX, como veículo não negligenciável de conquista de alguma visibilidade para o sexo feminino, forma de aceder a uma vida pública através de um meio que não pode de modo algum ser subestimado, tantas vezes sob mediação masculina. Como procurámos salientar, a mulher no folhetim apresenta-se assim numa dimensão tríplice: ela é um objecto sobre o qual o folhetinista se debruça, destinatário da produção folhetinesca e, não menos importante, criadora e agente na escrita publicada no *rodapé* do jornal.

Das visibilidades brevemente expostas, resulta em nosso entender claro a importância e o papel do folhetim na sua dimensão de crónica enquanto grande prática da visibilidade, apontando para uma paisagem literária e social variegada, para as suas dinâmicas e os seus protagonistas, permitindo afinal um maior conhecimento da formação do campo literário oitocentista com uma *praxis* literária fortemente assente no periodismo, erigindo-se como uma nova janela no mundo das letras, com frequência ocultada ou esquecida.



¹ Como regista Eugène Hatin a propósito do folhetim em França, “La liberté, qui n’existait pas à cette époque, pour la presse, dans la partie politique proprement dite, la liberté, qui n’existait plus au premier étage du journal, qu’on nous passe ce terme, se réfugia dans le rez-de-chaussée de Geoffroy. De là elle dit tout ce qu’elle voulut dire, tout ce qu’il fallait dire. Les plus hautes questions politiques s’y agitaient, en dépit même du souverain, sous la forme d’*éphémérides politiques et littéraires*, ou sous le prétexte d’une mauvaise tragédie” (Hatin 454). Também Georges Weill observa: “Napoléon laissa vivre cette critique théâtrale qui donnait aux lecteurs l’illusion d’une presse libre” (Weill 135). Como vemos, desde os seus primórdios, o folhetim funciona enquanto espaço de opinião e não é pois, por acaso, que ele irá acolher a polémica ou as cartas ao redactor ou ao folhetinista, convertendo-se também num espaço de diálogo ou de intervenção.

² Que a imprensa periódica alimentou e se alimentou da coisa política, mostra-o Carmo Reis em *A Imprensa Periódica do Porto*, facto que o leva a afirmar que “[...] os periódicos políticos, veículos privilegiados de intervenção, ganham ascendente claro sobre os restantes jornais em circulação” (12). Carmo Reis refere-se aos jornais literários e aos jornais comerciais, classificação que, de forma matizada, adopta.

³ Veja-se, num primeiro momento, o *Periodico dos Pobres no Porto* e, mais tarde, *O Braz Tisana*.

⁴ De facto, no que respeita a esta última hipótese explicativa, lembremos apenas que a censura prévia herdada pelo século XIX foi brevemente interrompida com a Revolução Liberal de 1820, através do decreto de 12 de Julho de 1821 – levando a uma erupção vigorosa da imprensa política –, pois, em 1823, D. João VI revoga o diploma que consigna a liberdade de imprensa, a qual só voltará a ser reposta precisamente em 1834, com a vitória dos liberais sobre os absolutistas. Observe-se, contudo, que a liberdade de imprensa reconquistada conhecerá sucessivos ataques que se estenderão até 1850, ano em que Costa Cabral promulga a então chamada “Lei das Rolhas”.

⁵ A escrita no espaço do folhetim é, as mais das vezes, reveladora de uma atitude de neutralidade face à situação sociopolítica que se vive; como excepção poderíamos indicar alguns folhetins de Lopes de Mendonça e como exemplo da regra a produção de Júlio César Machado.

⁶ Cf. por exemplo: “Durante o período miguelista São Carlos permaneceu fechado; *A Apoteose de Hércules* de José Agostinho de Macedo que via, ainda em 1830, o Príncipe-Arcanjo esmagar a hidra liberal, foi um dos raros pretextos para abrir as portas da sala. D. Pedro fê-las abrir pela primeira vez três semanas depois da sua entrada triunfal na capital, para um espectáculo de circunstância.

“Em Janeiro de 1834 a Ópera recomeçava finalmente e definitivamente a sua actividade [...]” (França 191).

⁷ Não constitui, na verdade, condição prévia ser-se um escritor ou um publicista, o que importa é ser candidato a esse estatuto, figura que será acolhida num espaço disponível para o exercício da escrita.

⁸ Há que reconhecer, porém, como salienta Antonio Gramsci, que “Los periódicos son organismos politico-financieros y no se proponen difundir las bellas letras ‘en las propias columnas’ si estas bellas letras no hacen aumentar la renta” (Gramsci 124).

⁹ Na acepção conferida por Pierre Bourdieu e trabalhada em *Les Règles de l’Art* (1992), por exemplo.

¹⁰ Tal realidade prende-se igualmente com o mercado do impresso em Oitocentos. Como observa Martyn Lyons, “L’économie du livre [e de outros tipos de objecto impresso, acrescentaríamos nós] au XIXe siècle est devenue une économie internationale et la France a joué un rôle majeur dans la diffusion à travers le monde de la culture littéraire, alors que le continent européen était lui-même le plus grand producteur et consommateur de l’écrit dans le monde” (Lyons 67).

¹¹ Cf. sobre estas questões “Multiculturalisme et interculturalité” (Pageaux 281-282).

¹² Sampaio Bruno, em *A Geração Nova*, refere, com justeza, a alternativa que as revistas literárias constituem como forma de colocação no mercado do produto do trabalho literário (Bruno 59).

¹³ Considera-se então o folhetinista, e as entradas dicionarísticas ratificá-lo-ão, como sendo aquele que escreve folhetins.

¹⁴ Cf. “Ha quem considere o folhetim como escóla do elogio mutuo, *ha quem o tenha como creche de desmamar meninos*, ha quem o supponha asylo de invalidos da litteratura...” (Palmeirim; itálico nosso).

¹⁵ E não é esse também o discurso de Mariano Pina, em crónica de 1889, quando fala dos escritores que se servem das letras, a maioria, em contraposição com os que amam as letras? Diz



propositadamente com exagero o cronista: “E esses 3.999.995 litteratos que eram a flôr da *Havaneza* e o orgulho de tanto coração amante, transformam-se lentamente, pouco a pouco, n’essa nuvem de conselheiros que são o baluarte do trono e o sustentáculo do *Diário do Governo!*” (Pina 50).

¹⁶ Pelas razões apontadas pelo cronista, também *A Época* passará a oferecer a crónica.

¹⁷ Tomemos como exemplo a “Revista da Semana” de Júlio César Machado, em *A Revolução de Setembro* de 29 de Maio de 1860, texto que todo ele se estriba numa interpelação frequente, ora ao leitor, ora à leitora. Cf. ainda o folhetim “Os Olhos”, publicado no *Periodico dos Pobres no Porto* a 2 de Maio de 1839, que tem o cuidado de, no início, esclarecer: “Ora aqui tem as nossas amáveis leitoras um artigo a respeito d’olhos; nem sempre Política, nem sempre murmuração”. Na verdade, o espaço do folhetim deste periódico alberga maioritariamente questões políticas, recorrendo com frequência à sátira. Já um periódico portuense que lhe é contemporâneo como *A Vedeta da Liberdade* oferecerá, em abundância, narrativas históricas e sentimentais.

¹⁸ Lembremos a observação concorrente de Virginia Woolf a propósito da inglesa, filha do homem educado, em *Three Guineas*: “It was with a view to marriage that her mind was taught. It was with a view to marriage that she tinkled on the piano, but was not allowed to join an orchestra; sketched innocent domestic scenes, but was not allowed to study from the nude; read this book, but was not allowed to read that, charmed, and talked. It was with a view to marriage that her body was educated; a maid was provided for her; that the streets were shut to her; that the fields were shut to her; that solitude was denied her – all this was enforced upon her in order that she might preserve her body intact for her husband. In short, the thought of marriage influenced what she said, what she thought, what she did. How could it be otherwise? Marriage was the only profession open to her” (Woolf 69-70).

¹⁹ Cf. “O Anjo do Lar Doméstico”, de Cunha Lima. Neste texto, diz-se mesmo que o estado perfeito da mulher é o matrimónio. O casamento como destino ou como via culturalmente indicada à mulher desde a sua infância, é uma realidade de tal modo vincada que só por si permite explicar a possibilidade de se traçar a “Physiologia da Donzellona” que encontramos em *A Revolução de Setembro*, de 13 de Agosto de 1850, sendo a donzelona “a mulher que chega aos 40 anos sem achar marido”. A mulher só, a mulher que vive sem sombra tutelar masculina, converte-se, no século XIX, como o afirma Cécile Dauphin, em o “antimodèle de la femme idéale” (Dauphin 446).

²⁰ Tomemos como exemplo *A Assembleia Litteraria* de Antónia Gertrudes Pusich e *A Voz Feminina* de Francisca Wood.

OBRAS CITADAS

Alfenim, Barão d’. “Crónica”, *A Época* n.º 26, 1848: 411.

Aron, Jean-Paul. *Misérable et Glorieuse la Femme du XIXe Siècle*. Paris: Fayard, 1984.

Balzac, Honoré de. *Monographie de la Presse Parisienne. Les Journalistes*. Paris: Arléa, 1991.

Bourdieu, Pierre. *Les Règles de l’Art. Génèse et Structure du Champ Littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

Bruno, Sampaio. *A Geração Nova*. Porto: Magalhães & Moniz, Editores, 1886.



-
- Dauphin, Cécile. “Femmes Seules”. *Histoire des Femmes en Occident. Le XIX^e siècle*. Paris: Plon, 1991. 445-459.
- Fouché. “Leiam: Verão o que É”. *O Eco Popular*, 6 Janeiro 1849.
- França, José-Augusto. *O Romantismo em Portugal. Estudo de Factos Socioculturais*. 2.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.
- Gramsci, Antonio. *Literatura y Vida Nacional*. Tomo III. Argentina: Editorial Lantaró, 1961.
- Hatin, Eugène. *Histoire Politique et Littéraire de la Presse en France*. 8 vols. Paris: Poulet-Malassis et De Broise, Libraires-Éditeurs, 1861.
- Júdice, Nuno. “La Diffusion de la Culture Française au Portugal au XIX^e Siècle”. *L’Enseignement et l’Expansion de la Littérature Française au Portugal*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais. 63-69.
- Lima, J. Cunha. “O Anjo do Lar Doméstico”. *O Nacional*, 5 Abril 1870.
- Lyons, Martyn. *Le Triomphe du Livre. Une Histoire Sociologique de la Lecture dans la France du XIXe Siècle*. Paris: Promodis, 1987.
- Machado, Júlio César. “Revista da Semana”. *A Revolução de Setembro*, 29 Maio 1860.
- Nemésio, Vitorino. *Ondas Médias. Biografia e Literatura. Obras Completas*, Vol. XIV. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- “Os Olhos”. *Periódico dos Pobres no Porto*, 2 Maio 1839.
- Outeirinho, Maria de Fátima. “O Folhetim em Portugal no Século XIX: Uma Janela no Mundo das Letras”. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 2003.
- Pageaux, Daniel-Henri. *Trente Essais de Littérature Générale et Comparée ou la Corne d’Amalthée*. Paris: L’Harmattan, 2003.
- Palmeirim, Luís Augusto. “Folhetim”. *A Revolução de Setembro*, 8 Julho 1862.
- “Physiologia da Donzellona”. *A Revolução de Setembro*, 13 Agosto 1850.
- Pina, Mariano. “Crónica”. *A Ilustração*, 20 Fevereiro 1889: 50.
- Queirós, Eça de. *A Ilustre Casa de Ramires*. Ed. Elena Losada Soler. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.



Reis, A. Carmo. *O Poder da Imprensa no Porto Romântico*. Sep. da *Revista de História*. Centro de História da Universidade do Porto, 1989.

---. "A Imprensa Periódica do Porto na Primeira Metade do Século XIX, 1836-1859, Cartismo e Setembrismo". 2 vols. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 1993.

Weill, Georges. *Le Journal. Origines, Évolution et Rôle de la Presse Périodique*. Paris : La Renaissance du Livre, 1934.

Woolf, Virginia. *Three Guineas*. London: The Hogarth Press, 1977.